



Novos tempos,
novos dias!
Novas metas,
novos sonhos!



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986
Conhecimento a Serviço da Cidadania

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA - EDCM 2026



Instruções Gerais/Leia com atenção:

- 1 - Você recebeu sua Folha de Respostas e este Caderno contendo 40 questões objetivas.
- 2 - A duração da prova é de 3 (três) horas, já incluído o tempo para a transcrição das respostas definitivas.
- 3 - O candidato só poderá deixar a sala após 60 minutos do início da prova.
- 4 - Verifique se as questões estão legíveis e sem rasura.
- 5 - Para cada questão, existe somente uma alternativa correta.
- 6 - Marque as respostas à caneta (azul/preto) na folha de respostas, a qual não poderá ser substituída, sendo o preenchimento de total responsabilidade do candidato.
- 7 - Será considerada nula a questão que estiver em branco ou que tiver mais de uma alternativa assinalada ou rasurada.
- 8 - Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 9 - Durante a prova, não será permitido ao candidato, o uso de aparelhos celulares, smartphones, tablets, computadores e outros aparelhos eletrônicos, devendo estes permanecer desligados.
- 10 - Ao término da prova, entregue a Folha de Respostas ao responsável pela sala.
- 11 - Aguarde o sinal do fiscal de provas para a abertura deste Caderno de Questões.

Direito Civil

01

Um consumidor foi lesionado por um produto defeituoso adquirido em uma loja virtual. A empresa, embora alegue não ter fabricado o item, se recusa a indenizá-lo. O consumidor decide acionar judicialmente a empresa. Com base na situação apresentada, identifique a natureza da responsabilidade civil aplicável.

- A) A responsabilidade é subjetiva, pois depende de prova de culpa.
- B) A responsabilidade é penal, pois envolve dano à integridade física.
- C) A responsabilidade é solidária entre fornecedor e consumidor.
- D) A responsabilidade é objetiva, com base no risco da atividade.

02

João firmou contrato com uma empresa de eventos para organização de sua festa de casamento, com cláusula penal estipulada em 20% do valor total em caso de descumprimento. A empresa não entregou os serviços contratados. Considerando a situação, aplique os conhecimentos sobre inadimplemento contratual e indique a alternativa correta.

- A) João poderá exigir a execução forçada do contrato, mas não a cláusula penal.
- B) João não poderá cumular perdas e danos com cláusula penal.
- C) A cláusula penal compensatória substitui a indenização por perdas e danos, salvo estipulação em contrário.
- D) A cláusula penal depende de prova do prejuízo efetivo sofrido.

03

Maria vendeu seu imóvel a Paulo após este afirmar que o terreno seria desapropriado pela prefeitura, o que não era verdade. Posteriormente, Maria descobre que foi induzida a erro e que não havia qualquer ameaça de desapropriação. Com base na situação, analise os elementos presentes no negócio jurídico e assinale a alternativa correta.

- A) A coação é evidente, pois houve ameaça velada à propriedade de Maria.
- B) Trata-se de erro material, que não invalida o negócio jurídico.
- C) O vício presente é o dolo, caracterizado pela má-fé de Paulo.
- D) O negócio jurídico é inexistente, pois houve simulação absoluta.

04

Rogério ocupa um terreno urbano há mais de 7 anos de forma contínua, sem oposição, utilizando-o como moradia para sua família. O imóvel não possui registro em nome de ninguém e não há contestação sobre a posse. A partir da situação, julgue a possibilidade de Rogério adquirir a propriedade do imóvel por usucapião.

- A) Rogério não poderá usucapir o imóvel, pois a posse precisa ser de no mínimo, 15 anos.
- B) Rogério poderá requerer usucapião especial urbana, pois preenche os requisitos legais.
- C) A usucapião não se aplica a imóveis urbanos sem registro imobiliário anterior.
- D) O prazo de 7 anos é insuficiente mesmo para a modalidade urbana.

05

Fernanda, proprietária de uma loja de roupas, contrata com a empresa de tecidos TecBrasil o fornecimento de materiais no valor de R\$ 50.000,00. No contrato, constam como devedores solidários dois sócios investidores: Marcos e André. Após o vencimento da dívida, Fernanda aciona judicialmente apenas Marcos para cobrar o valor integral da obrigação. Marcos alega que só pode ser cobrado de 1/2 do valor, pois a dívida era “dividida” com André. A empresa, por sua vez, recebe parte do pagamento de Marcos (R\$ 30.000,00) e decide cobrar os R\$ 20.000,00 restantes de André. Analise a estrutura da obrigação apresentada e assinale a alternativa que corretamente identifica os efeitos jurídicos da solidariedade passiva no caso concreto.

- A) Fernanda deveria ter acionado ambos os devedores simultaneamente, pois a solidariedade exige litisconsórcio.
- B) Marcos só responde por sua parte na dívida, salvo se houver cláusula de indivisibilidade.
- C) A cobrança integral contra Marcos é válida, mas ele pode exigir de André devolução do valor integral pago.
- D) A cobrança feita a Marcos é válida, e este pode cobrar de André apenas o valor correspondente à sua cota-parte.

06

Carlos vendeu um imóvel a Beatriz, omitindo que o bem estava em processo de tombamento pelo município, o que impediria reformas ou alterações estruturais. Após o contrato, Beatriz descobre a limitação e busca anulação do negócio. Com base nos princípios do Código Civil de 2002 e na constitucionalização do direito civil, assinale a alternativa correta:

- A) A boa-fé objetiva impõe deveres anexos, como o de informação, cuja violação pode ensejar anulação do contrato.
- B) A eticidade exige que o contrato seja interpretado com base apenas na literalidade das cláusulas.
- C) A omissão de Carlos não configura violação à boa-fé objetiva, pois o comprador deve diligenciar sobre o bem.
- D) O tombamento do imóvel é irrelevante para fins contratuais, pois não altera a propriedade formal do bem.

07

Laura está grávida de quatro meses quando seu marido falece, deixando testamento beneficiando “meus filhos vivos na data da abertura da sucessão”. O inventariante nega direitos ao nascituro, sob o argumento de que ele ainda não é pessoa com personalidade jurídica. De acordo com o Código Civil e a doutrina majoritária, assinale a alternativa correta:

- A) O nascituro possui personalidade jurídica plena desde a concepção e, portanto, é herdeiro necessário.
- B) O nascituro não possui qualquer proteção jurídica antes do nascimento.
- C) O nascituro não possui personalidade, mas tem direitos resguardados desde a concepção, inclusive sucessórios, condicionados ao nascimento com vida.
- D) A sucessão só poderá ser discutida após o nascimento da criança, independentemente de estar viva ou não.

08

João, com 16 anos, trabalha como atendente em uma cafeteria e recebe salário superior a dois salários mínimos. Deseja se casar com sua namorada de 17 anos. Os pais de ambos são contra a união e não querem autorizar a emancipação. Considerando o ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar:

- A) João é absolutamente incapaz, e não pode casar-se nem mesmo com autorização judicial.
- B) João poderá obter a emancipação apenas por decisão judicial, se preenchidos os requisitos legais.
- C) João não poderá ser emancipado, pois a legislação veda emancipação por exercício de atividade laboral.
- D) A emancipação é possível exclusivamente por ato dos pais, não sendo admitida judicialmente.

09

Em grave acidente de avião, faleceram simultaneamente Marta e seu pai, Luiz. Marta era filha única e casada sob o regime de comunhão parcial de bens com Felipe. Luiz possuía um vasto patrimônio. Não foi possível determinar quem morreu primeiro. Nos termos do Código Civil, qual será o efeito da comoriência sobre a sucessão de Luiz?

- A) Marta herdará os bens do pai, e Felipe, por sua vez, herdará o quinhão de Marta.
- B) Presume-se morte simultânea, impedindo a sucessão entre comorientes; Felipe não herdará nada de Luiz.
- C) A herança de Luiz será transmitida diretamente a Felipe, como genro.
- D) Felipe poderá herdar metade dos bens de Luiz em razão do regime de bens.

10

João, caminhando distraidamente por uma trilha em sua propriedade, encontra accidentalmente uma escultura barroca enterrada. O objeto é de valor histórico e cultural, sendo classificado posteriormente como patrimônio público pela União. O enquadramento jurídico correto da conduta de João é:

- A) Trata-se de um ato jurídico stricto sensu, pois há manifestação de vontade e a produção de efeitos legais típicos.
- B) Trata-se de um negócio jurídico originário de aquisição de bem cultural.
- C) Trata-se de um ato-fato jurídico, pois decorre de ação humana sem intenção de produzir efeitos jurídicos.
- D) Não há fato jurídico, pois João não tinha conhecimento prévio da existência da escultura.

Direito Empresarial

11

João exerce atividade econômica organizada para a produção de móveis sob encomenda, atuando de forma profissional. Antes de iniciar suas atividades, pretende atender às exigências legais para sua regularização. Considerando o disposto no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) João somente será considerado empresário após a constituição de uma sociedade empresária com ao menos um sócio.
- B) A inscrição de João no Registro Público de Empresas Mercantis é facultativa, bastando a comprovação do exercício profissional da atividade.
- C) O empresário individual não pode, em hipótese alguma, transformar seu registro em sociedade empresária.
- D) A inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede é obrigatória e deve ocorrer antes do início da atividade.

12

Maria é médica cardiologista e exerce sua profissão em consultório particular, contando com secretária e auxiliares de enfermagem. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) Maria é considerada empresária, pois exerce sua profissão com o concurso de auxiliares.
- B) Maria somente será considerada empresária se sua atividade constituir elemento de empresa.
- C) Maria não é considerada empresária em nenhuma hipótese.
- D) Maria será empresária apenas se constituir uma sociedade simples.

13

Pedro, com 17 anos de idade, recebeu por herança a titularidade de uma empresa que era conduzida por seu pai falecido. Pretende dar continuidade à atividade empresarial. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) Pedro poderá exercer a empresa livremente, bastando comprovar a sucessão, sendo desnecessária qualquer autorização judicial.
- B) Pedro somente poderá dar continuidade à empresa mediante autorização judicial, após exame das circunstâncias, riscos e conveniência em mantê-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz.
- C) Os bens particulares de Pedro responderão ilimitadamente pelas dívidas da empresa, ainda que não integrem o acervo empresarial.
- D) O sócio incapaz pode exercer a administração da sociedade desde que assistido por seus representantes legais.

14

A sociedade empresária Alfa Ltda. vem sendo utilizada por seus sócios para quitar dívidas pessoais e transferir bens sem qualquer contraprestação. Em ação judicial, um credor requer a desconsideração da personalidade jurídica para alcançar o patrimônio particular dos sócios. Considerando o art. 50 do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) A desconsideração da personalidade jurídica é automática em caso de inadimplência da sociedade, bastando a comprovação de insolvência.
- B) A confusão patrimonial somente se caracteriza quando há transferência de ativos entre sociedade e sócios, não sendo admitida em hipóteses de pagamento de dívidas pessoais.
- C) A mera existência de grupo econômico autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica, independentemente de comprovação de abuso.
- D) O desvio de finalidade consiste na utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores ou praticar atos ilícitos de qualquer natureza.

15

Em determinada sociedade limitada, o sócio Carlos, cujo aporte consistiu em prestação de serviços, passou a exercer atividade profissional concorrente à da sociedade sem autorização contratual. Outro sócio, João, pretende ceder suas quotas a terceiro sem o consentimento dos demais. Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) Carlos pode livremente empregar-se em atividade estranha à sociedade, pois sua contribuição é de serviços, não se aplicando restrições legais.
- B) A cessão de quotas por João produzirá efeitos perante a sociedade e demais sócios, ainda que sem consentimento, desde que formalizada por instrumento particular.
- C) Caso ocorra a cessão de quotas por João com anuência dos demais sócios e modificação do contrato social, ele responderá solidariamente com o cessionário, pelo prazo de dois anos, pelas obrigações que tinha como sócio.
- D) O sócio que contribui com serviços não participa dos lucros sociais em nenhuma hipótese, salvo previsão contratual expressa em contrário.

Processo Civil

16

Jurisdição e Ação Durante audiência de conciliação em ação de obrigação de fazer, a parte ré sustenta que o juiz não poderia julgar a causa, pois não haveria interesse processual, já que o autor não tentou resolver extrajudicialmente o conflito antes de ajuizar a demanda. Sobre as condições da ação e os pressupostos processuais, assinale a alternativa correta:

- A) O interesse processual depende de prévia tentativa extrajudicial de solução do conflito, sob pena de indeferimento da petição inicial.
- B) O interesse processual decorre da utilidade e necessidade da tutela jurisdicional, não sendo obrigatória a tentativa prévia de composição.
- C) A ausência de interesse processual jamais é sanável mediante emenda da petição inicial.
- D) A ausência de interesse processual gera nulidade relativa, que deve ser arguida pela parte até a sentença.

17

Competência João ajuizou ação de reparação de danos em face de empresa sediada em Porto Velho/RO, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em Cacoal/RO, onde o autor também reside. Considerando as regras do CPC, é correto afirmar que:

- A) A competência é absoluta do foro da sede da ré, em Porto Velho.
- B) A competência é relativa e cabe exclusivamente ao autor escolher entre o foro do seu domicílio ou o do local do fato.
- C) A competência é concorrente entre o foro do domicílio do autor e o local do fato, sendo válida a escolha feita pelo autor.
- D) A competência territorial é inderrogável, não podendo as partes eleger foro diverso em contrato.

18

Em uma ação de cobrança, o juiz extinguiu o processo sem resolução de mérito porque o autor não atendeu à determinação de emenda da petição inicial para correção do valor da causa. Nessa hipótese, a extinção ocorreu:

- A) Por ausência de pressuposto processual, com resolução de mérito.
- B) Por ausência de interesse processual, sem resolução de mérito.
- C) Por inépcia da petição inicial, com resolução de mérito.
- D) Por vício sanável, mas que não foi corrigido, sem resolução de mérito.

19

Durante o recesso forense, um advogado protocola eletronicamente uma petição em processo eletrônico, em 25 de dezembro. Sobre os atos processuais e prazos, assinale a alternativa correta:

- A) O ato é inexistente, pois é vedado o protocolo durante o recesso.
- B) O ato é tempestivo e será considerado como realizado no primeiro dia útil subsequente ao término do recesso.
- C) O ato é intempestivo, pois a contagem dos prazos não se suspende no recesso.
- D) O protocolo será considerado válido, mas a contagem do prazo se inicia na data do protocolo.

Constitucional

20

O Procurador-Geral da República propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a constitucionalidade de uma lei distrital derivada de sua competência legislativa municipal. A ação foi liminarmente arquivada pelo relator, com fundamento na Súmula 642 do STF. Considerando o caso narrado e a jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- A) A ADI foi arquivada porque a Constituição Federal não prevê controle concentrado de constitucionalidade de leis distritais perante o STF.
- B) A ADI foi arquivada porque o Distrito Federal não possui competência legislativa derivada da competência legislativa municipal.
- C) A ADI foi arquivada porque a lei distrital questionada, embora proveniente do DF, foi editada no exercício de competência legislativa municipal, o que afasta a competência do STF para julgar a ação direta.
- D) A ADI foi arquivada porque leis distritais não podem ser impugnadas por ação direta de inconstitucionalidade em nenhum tribunal, apenas por via difusa.

21

O Partido Político "X", com representação no Congresso Nacional, ajuizou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de impugnar a constitucionalidade de uma lei federal vigente, sob o argumento de que ela afronta princípios fundamentais da Constituição, como o da dignidade da pessoa humana e da igualdade. No entanto, o relator, ao analisar a ação, verificou que não havia situação de lesão ou ameaça a preceito fundamental que não pudesse ser sanada por meio de outra via, e que a ação, na realidade, preenchia todos os requisitos para ser processada como Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), incluindo a pertinência temática e a natureza do ato normativo impugnado. Diante disso, o relator, invocando o princípio da fungibilidade das ações constitucionais, decidiu receber a ADPF como ADI, e deu regular prosseguimento ao processo sob essa nova classificação. Com base no caso apresentado e na jurisprudência do STF, especialmente no julgamento da ADI 4.180, assinale a alternativa correta:

- A) A decisão do relator está correta, pois o STF já firmou entendimento no sentido de que, diante da dificuldade de delimitar o que é preceito fundamental e do caráter subsidiário da ADPF, é possível aplicar o princípio da fungibilidade, desde que estejam presentes os pressupostos da ação adequada.
- B) A decisão do relator foi equivocada, pois a fungibilidade entre ações constitucionais não é admitida no controle concentrado de constitucionalidade.
- C) A decisão foi indevida, pois a ADPF só pode ser convertida em Mandado de Injunção, e não em ADI, uma vez que possuem finalidades distintas.
- D) A fungibilidade entre ADPF e ADI só é admitida quando se trata de atos normativos estaduais ou municipais, não se aplicando a leis federais.

22

A Constituição do Estado Alfa, em exercício da sua autonomia, previu em seu texto que, no âmbito estadual, teriam legitimidade ativa para propor ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs estaduais), além do governador, da mesa da Assembleia Legislativa e do procurador-geral de justiça, os deputados estaduais individualmente e a Defensoria Pública estadual. Inconformado com essa ampliação dos legitimados, um partido político ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o STF, alegando que o rol de legitimados para o controle concentrado de constitucionalidade nos Estados deveria observar simetria com o art. 103 da Constituição Federal, que não prevê nem deputados individualmente, nem a Defensoria Pública como legitimados. Com base nessa situação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- A) A Constituição Federal proíbe expressamente que os Estados ampliem o rol de legitimados para propor ADI estadual, devendo seguir estritamente o artigo 103 da CF.
- B) A jurisprudência do STF entende que os Estados só podem replicar os legitimados do art. 103 da CF, sendo inconstitucional qualquer ampliação ou redução desse rol nas Constituições estaduais.
- C) A Constituição do Estado Alfa é inconstitucional, pois a Defensoria Pública não possui legitimidade para propor ações de controle concentrado, seja em nível federal ou estadual.
- D) A Constituição do Estado Alfa agiu dentro dos limites de sua autonomia, pois, segundo o STF, os Estados podem conceder legitimidade ativa para o controle concentrado a outros órgãos e entidades, mesmo que não previstos no art. 103 da CF, desde que respeitado o princípio da separação dos poderes.

23

Em uma pequena cidade do interior, o Prefeito, José da Silva, foi reeleito para seu segundo mandato. Sua esposa, Maria da Silva, foi eleita vereadora e, após o início do novo mandato, decide se candidatar à presidência da Câmara Municipal, onde os vereadores devem eleger o novo presidente da casa legislativa. O Partido Alfa, ao tomar conhecimento dessa candidatura, ingressa com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que a candidatura de Maria da Silva à presidência da Câmara Municipal representa um risco à separação e ao equilíbrio dos Poderes. Segundo o Partido Alfa, a eleição de uma pessoa que tem uma relação familiar direta com o chefe do Executivo comprometeria a fiscalização dos atos do Poder Executivo pela Câmara Municipal. A decisão do STF foi no sentido de permitir a candidatura, fundamentada na interpretação do direito constitucional de candidatar-se a cargos políticos. O tribunal entendeu que não há proibição expressa na Constituição que impeça familiares do chefe do Executivo de concorrer à presidência do Legislativo. Com base no caso acima e na decisão da ADPF 1.089, marque a alternativa correta:

- A) A Constituição Federal proíbe expressamente a candidatura de qualquer familiar do chefe do Poder Executivo à presidência da Câmara Municipal, sendo a decisão do STF uma afronta à separação dos Poderes.
- B) O STF decidiu que a candidatura de um parente do chefe do Poder Executivo à presidência da Câmara Municipal é proibida, pois a medida busca garantir o equilíbrio entre os Poderes e evitar a concentração de poder.
- C) A Constituição Federal impede que cônjuges, companheiros ou parentes até segundo grau do chefe do Poder Executivo disputem cargos no Legislativo, mas a regra não se aplica à presidência das casas legislativas, como entendeu o STF na ADPF 1.089.
- D) A decisão do STF é equivocada, pois a Constituição não faz distinção entre candidatos à presidência da Câmara Municipal e outros cargos legislativos, sendo proibida a candidatura de qualquer parente do chefe do Executivo.

Direito Tributário

24

As Fontes do Direito Tributário são classificadas como primárias (principais) e secundárias (formais). Qual dos instrumentos normativos abaixo é considerado uma fonte secundária (formal) de integração da legislação tributária?

- A) Emenda Constitucional que altera a repartição de receitas tributárias.
- B) Instruções Normativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.
- C) Lei Complementar.
- D) Tratados e Convenções Internacionais sobre matéria tributária.

25

O Fato Gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. Qual das características essenciais do Fato Gerador está corretamente prevista no Código Tributário Nacional (CTN)?

- A) A lei deve considerar a finalidade econômica dos atos e negócios jurídicos para fins de qualificação do fato gerador.
- B) A lei tributária, para definir o fato gerador, deve abstrair-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelo contribuinte.
- C) A ocorrência de um fato gerador só é considerada se o sujeito passivo obtiver um benefício ou serviço específico do Estado.
- D) A ocorrência do fato gerador depende da emissão da notificação de lançamento pelo Fisco para a constituição da obrigação tributária.

26

Analise a diferença entre Imunidade, Isenção e Anistia no Direito Tributário:

- A) A Imunidade é uma limitação constitucional ao poder de tributar; a Isenção é uma dispensa legal do pagamento do tributo (exclusão do crédito), e a Anistia é a exclusão de penalidades pecuniárias. A Isenção afeta a penalidade, enquanto a Anistia atinge o crédito tributário principal.
- B) A Não Incidência e a Imunidade são institutos idênticos, ambos decorrentes da ausência de previsão legal para a cobrança.
- C) A Anistia e a Isenção são modalidades de extinção do crédito tributário, ao passo que a Imunidade é uma causa de suspensão da exigibilidade.
- D) A Imunidade e a Isenção decorrem de Lei Complementar, enquanto a Anistia é concedida por Lei Ordinária Estadual ou Municipal.

27

Considerando as espécies tributárias, qual é a principal diferença de natureza jurídica entre a Taxa e a Tarifa (Preço Público)?

- A) A Taxa é cobrada com base no custo total do serviço, e a Tarifa é cobrada com base na utilização efetiva e potencial do serviço.
- B) A Taxa é tributo não vinculado, enquanto a Tarifa é tributo vinculado a um serviço público específico e divisível.
- C) A Taxa é a contrapartida por uma obra pública que gerou valorização imobiliária, e a Tarifa é a cobrança por serviços públicos essenciais.
- D) A Taxa é uma espécie tributária, sujeita ao regime de Direito Público (princípios da legalidade, anterioridade, etc.), e a Tarifa é uma receita não tributária (Preço Público), sujeita ao regime de Direito Privado (contratual).

Lei Orgânica da Magistratura Nacional e Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil

28

Qual das opções a seguir constitui uma prerrogativa do magistrado, conforme estabelecido na Lei Complementar n. 35/1979 (LOMAN)?

- A) O direito a férias de 60 dias por ano, que podem ser acumuladas por três períodos, em casos de imperiosa necessidade do serviço.
- B) A garantia de ser julgado pelo Tribunal ao qual está vinculado, salvo crime eleitoral, que é de competência da Justiça Eleitoral.
- C) A proibição de exercer o magistério em cursos de Direito ou áreas afins, mesmo em tempo parcial, em razão da dedicação exclusiva à magistratura.
- D) Ser ouvido como testemunha ou ofendido em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.

29

Segundo a Lei Complementar n. 35/1979 (LOMAN), sobre a aplicação de penalidades disciplinares, é correto afirmar que as penas de Advertência e de Censura:

- A) São aplicáveis a qualquer magistrado, desde que a falta não justifique a pena de Remoção Compulsória.
- B) São aplicáveis exclusivamente aos Juízes de primeira instância.
- C) São aplicáveis apenas aos magistrados que não adquiriram a vitaliciedade, sendo substituídas pela Aposentadoria Compulsória após este período.
- D) Somente podem ser aplicadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo vedada a aplicação pelos Tribunais.

30

Qual dos seguintes direitos e prerrogativas do advogado, previstos no Estatuto da OAB (Lei n. 8.906/94), é garantido de forma absoluta e persiste mesmo quando o cliente está legalmente classificado como incomunicável?

- A) O direito de ter seu escritório ou local de trabalho, bem como seus instrumentos, correspondência e comunicações invioláveis, sem qualquer exceção.
- B) Não ser recolhido preso antes de sentença transitada em julgado, senão em Sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas.
- C) Ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados, em qualquer momento.
- D) Comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos.

31

Um juiz está prestes a proferir uma sentença em um caso complexo de direito do consumidor. Ele recebe um convite para ser orador em um evento patrocinado por uma das grandes empresas envolvidas no litígio, a ser realizado em outro país, com todas as despesas pagas. Embora o evento não tenha relação direta com o caso atual, aceitar tal convite pode comprometer a percepção pública sobre sua atuação. Com base nos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial, qual princípio ético o juiz deve priorizar ao tomar a decisão sobre aceitar ou não o convite?

- A) Imparcialidade: O juiz deve evitar aceitar o convite, pois a aceitação de benefícios ou convites de uma das partes pode criar uma aparência de parcialidade (critério objetivo), afetando a confiança do público na sua capacidade de julgar o caso de forma justa.
- B) Diligência: O juiz deve aceitar o convite, pois a participação em eventos internacionais contribui para o seu aperfeiçoamento profissional, demonstrando empenho e diligência na função.
- C) Integridade: O juiz pode aceitar o convite, pois a integridade se refere apenas à proibição de receber subornos, e não a benefícios como viagens ou honrarias.
- D) Igualdade: O juiz deve aceitar o convite, desde que ofereça à parte adversa oportunidades semelhantes de participação em eventos, garantindo a paridade de tratamento.

Direito Processual Penal

32

Quanto à cadeia de custódia, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- B) O início da cadeia de custódia dá-se com a coleta de vestígios encontrados na cena do crime.
- C) A coleta dos vestígios deverá ser realizada exclusivamente, por perito oficial.
- D) Após a realização da perícia, o material poderá ser descartado.

33

Quanto à vítima no Código de Processo Penal é correto afirmar:

- A) Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão que ordenou o arquivamento, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- B) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal, mas não há previsão legal de intimação quanto ao descumprimento do acordo.
- C) O CPP prevê como uma das possibilidades de realização de interrogatório de um réu preso por meio de videoconferência ou outro recurso de transmissão ao vivo, nos casos em que fica demonstrada a possibilidade do réu exercer influência no ânimo de testemunha ou da vítima.
- D) As comunicações ao ofendido deverão ser feitas no endereço por ele indicado, sempre via oficial de justiça para não deixar dúvidas quanto a sua ciência.

34

Tomando por base exclusivamente o rol geral de critérios fixadores de competência estabelecido pelo artigo 69 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA sobre o que determina a competência jurisdicional:

- A) o lugar da infração.
- B) o domicílio ou residência do ofendido.
- C) a natureza da infração.
- D) a distribuição.

35

Assinale a alternativa correta, conforme o disposto no Código de Processo Penal:

- A) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não será estendida aos demais.
- B) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo efeito em relação ao que o recusar.
- C) A aceitação do perdão fora do processo constará de declaração assinada pelo querelado, por seu representante legal ou procurador com poderes especiais.
- D) Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de cinco dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.

Direito Penal

36

Marque V (Verdadeiro) ou F (Falso);

() Em relação à Norma Penal em Branco ao Revés ou Inversa, o complemento se dá na parte secundária, na pena, e não no comando do crime.

() Pode-se dizer que há crime sem resultado material, citando como exemplo os crimes de mera conduta, nos quais a tipicidade se consuma apenas com a realização da ação, sem a necessidade de um resultado material concreto.

() Crime não-transeunte é daqueles que deixam marcas e, por isso, exigem a realização de prova pericial para sua confirmação.

() Em relação a casos de Extradição, o ordenamento jurídico brasileiro aponta que cabe ao STF examinar a legalidade e procedência do pedido, ou seja, a sua legalidade extrínseca, sendo certo que se o pronunciamento for negativo não se poderá extraditar. Contudo, em caso de pronunciamento positivo, este será meramente consultivo/declarativo, cabendo a decisão definitiva ao Chefe do Executivo Nacional.

() A atira em B, que é levado para o Hospital. No caminho ocorre um acidente e a vítima vem a óbito por conta desse acidente de carro. Nesse caso, aplicando o art. 13, § 1º do CP, o agente responderá pelo homicídio, uma vez que se não tivesse baleado a vítima, ela não teria entrado na ambulância e, por conseguinte, envolvido no acidente e ido a óbito.

- A) V F V V F
- B) V V F F V
- C) F V V F V
- D) F F F V F

37

José Paulo, com 22 anos de idade, reside com os pais e não tem emprego fixo e também não estuda. Ultimamente, envolveu-se com Carlos de tal, conhecido vendedor e consumidor de drogas do bairro. Sabendo que seu pai, que completava 59 anos de idade, naquela data, recebeu o salário do mês, José Paulo, em conluio com Carlos, resolveu subtrair o dinheiro. Para tanto, durante a madrugada, os dois, José Paulo e Carlos, sem que ninguém percebesse, entraram na casa e, então, buscaram a carteira do pai de José Paulo, ocasião em que, de dentro dela, subtraíram a quantia de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Posteriormente, a vítima deu falta do dinheiro e procurou a Delegacia, sendo, após regular investigação, apurado o envolvimento de José Paulo e Carlos no presente caso. Sobre o caso, é correto afirmar:

- A) Os dois envolvidos respondem pela prática de crime de furto noturno qualificado pelo concurso de agentes, com aplicação da agravante de ter sido contra ascendentes.
- B) Os dois envolvidos respondem pela prática de crime de furto noturno qualificado pelo concurso de agentes, com a aplicação da agravante de ter sido contra ascendentes apenas em relação a José Paulo.
- C) Tratando-se de caso de escusa absolutória, embora formalmente tenha acontecido o crime, os dois ficam isentos de pena.
- D) Tratando-se de caso de escusa absolutória, embora formalmente tenha acontecido o crime, José Paulo ficará isento de pena e Carlos de tal, sem direito a esse benefício, responderá pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.

38

Sobre os crimes contra o patrimônio é INCORRETO afirmar:

- A) É admissível a figura do furto de uso, inexistindo crime quando o agente devolve a coisa à vítima em perfeitas condições e antes que seja percebida a subtração.
- B) Roubo impróprio se dá quando a violência ou grave ameaça é empregada após a subtração da coisa.
- C) Ao furto de bagatela aplica-se o princípio da fragmentariedade que, em verdade, significa que mesmo quando necessária a existência de uma lei penal, a sua aplicação, no caso concreto, deve ser avaliada, sendo, às vezes, dispensável, afastando-se, assim, a figura típica.
- D) Um indivíduo invadiu uma casa com a intenção de subtrair patrimônio e, durante o assalto, estando armado, por descuido acabou disparando a arma e atingindo o morador que veio a óbito. Assustado, o infrator fugiu sem nada levar. Nesse caso, ele responderá por crime de Latrocínio na sua forma tentada.

39

Assinale a alternativa correta sobre o concurso de pessoas:

- A) Se a participação daquele que concorre para o crime for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a metade.
- B) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- C) Se algum dos concorrentes para o crime quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até um sexto, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal e as elementares do crime.

40

Assinale a alternativa correta:

De acordo com o Código Penal, considera-se:

- A) Regime semi-aberto à execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- B) Regime fechado à execução da pena em colônia agrícola ou estabelecimento de segurança máxima ou média.
- C) Regime semi-aberto à execução da pena em estabelecimento de segurança média, colônia agrícola ou industrial.
- D) Regime aberto à execução da pena em casa de albergado ou colônia agrícola.



Novos tempos,
novos dias!
Novas metas,
novos sonhos!



EMERON
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO
ESTADO DE RONDÔNIA - DESDE 1986
Conhecimento a Serviço da Cidadania

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA - EDCM 2026

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. USE EXCLUSIVAMENTE CANETA ESFEROGRÁFICA COMUM AZUL/PRETO.
2. NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE ESTA FOLHA.
3. NÃO FAÇA QUALQUER MARCA OU ANOTAÇÃO FORA DOS LOCAIS PREVISTOS.
4. PREENCHA, COMO INDICADO AO LADO, A ALTERNATIVA CONSIDERADA CORreta.

PREENCHIMENTO CORRETO →

NÃO PREENCHA ASSIM →

Nome:

CPF nº:

FOLHA DE RESPOSTAS

QUESTÕES 01 a 10	
01	(A) (B) (C) (D)
02	(A) (B) (C) (D)
03	(A) (B) (C) (D)
04	(A) (B) (C) (D)
05	(A) (B) (C) (D)
06	(A) (B) (C) (D)
07	(A) (B) (C) (D)
08	(A) (B) (C) (D)
09	(A) (B) (C) (D)
10	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 11 a 20	
11	(A) (B) (C) (D)
12	(A) (B) (C) (D)
13	(A) (B) (C) (D)
14	(A) (B) (C) (D)
15	(A) (B) (C) (D)
16	(A) (B) (C) (D)
17	(A) (B) (C) (D)
18	(A) (B) (C) (D)
19	(A) (B) (C) (D)
20	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 21 a 30	
21	(A) (B) (C) (D)
22	(A) (B) (C) (D)
23	(A) (B) (C) (D)
24	(A) (B) (C) (D)
25	(A) (B) (C) (D)
26	(A) (B) (C) (D)
27	(A) (B) (C) (D)
28	(A) (B) (C) (D)
29	(A) (B) (C) (D)
30	(A) (B) (C) (D)

QUESTÕES 31 a 40	
31	(A) (B) (C) (D)
32	(A) (B) (C) (D)
33	(A) (B) (C) (D)
34	(A) (B) (C) (D)
35	(A) (B) (C) (D)
36	(A) (B) (C) (D)
37	(A) (B) (C) (D)
38	(A) (B) (C) (D)
39	(A) (B) (C) (D)
40	(A) (B) (C) (D)

NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE ESTA FOLHA.